

**HABEAS CORPUS Nº 484.741 - SP (2018/0337348-3)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : JULIANA ARAUJO LEMOS DA SILVA - SP215256**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JULIO CESAR SANTOS DAMAS (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JULIO CESAR SANTOS DAMAS, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO assim ementado (fl. 50):

Agravo. Homologação do cálculo de penas. Pleito para retificação do cálculo, a fim de que seja considerada como data base para progressão ao regime aberto o momento em que o sentenciado alcançou o lapso temporal para progressão ao regime semiaberto. Inviabilidade. Inteligência do artigo 112, da LEP. Necessidade de aferição do mérito do reeducando no regime em que se encontra. Agravo improvido.

Consta dos autos que o juízo das execuções indeferiu o pleito defensivo de progressão para o regime aberto, por considerar que em tais casos a data-base é o dia em que concedida a última progressão (fls. 29-30).

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução penal, que foi improvido pelo Tribunal local.

Daí o presente *writ*, em que a Impetrante sustenta, em síntese, que a data-base para a progressão ao regime aberto deve ser a data em que o sentenciado preencheu o lapso temporal para a progressão ao regime semiaberto, independentemente da data da decisão judicial que deferiu o benefício.

Requer, pois, a concessão da ordem para cassar o acórdão atacado, determinando que seja considerado como termo inicial para progressão a data em que o paciente preencheu o requisito temporal.

A liminar foi indeferida (fls. 57-58).

As informações foram prestadas (fls. 63-71).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pela concessão parcial do *habeas corpus* (fls. 87-93).

É o relatório.

DECIDO.

Requer a impetrante que se reconheça a data em que o paciente preencheu o lapso temporal como data-base para futura progressão,

independentemente da data da decisão que deferiu o benefício.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo em execução defensivo, com base nos seguintes fundamentos (fls. 50-53):

O agravante encontra-se cumprindo pena de 05 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito de tráfico de entorpecentes, com término previsto para 03 de abril de 2020 (fls. 14/15).

Em 05 de março de 2018 foi deferida a sua progressão ao regime intermediário (fls. 12/13).

Em que pese os argumentos suscitados pelo d. defensor, o artigo 112, caput, da Lei nº 7.210/84 é claro ao tratar que a pena será executada de forma progressiva, com a progressão de regime prisional quando o sentenciado cumprir ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário.

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

Observa-se que o artigo em questão traz como requisitos o lapso temporal mínimo como requisito objetivo, bem como a verificação do bom comportamento carcerário, requisito subjetivo analisado no momento da apreciação do pedido.

Logo, o requisito objetivo não é o único a ser levado em conta para concessão do benefício, podendo ser superado quando da verificação do requisito subjetivo.

Especificamente quanto ao requisito subjetivo, destaca-se que a Lei de Execução Penal, quando exige o bom comportamento carcerário para a concessão do benefício, não restringe a análise de mérito subjetivo do sentenciado pelo Juiz, levando em conta o comportamento carcerário, a prática de faltas disciplinares e até a forma de cometimento dos delitos, eis que todos esses elementos indicam a personalidade do sentenciado e obedecem ao princípio da individualização da pena, inclusive para não se colocar em risco demasiado a sociedade.

[...]

Neste sentido, entendemos, com a devida vênia, que a execução de pena restritiva de liberdade se realiza em várias etapas, adotando o Código Penal o sistema progressivo ou Irlandês, onde se inicia a pena mais grave de reclusão pelo regime fechado e para se passar às fases seguintes, onde a vigilância é reduzida e sem fiscalização imediata, há necessidade de que o condenado demonstre bom comportamento e ausência de faltas graves no seu histórico prisional, de modo a demonstrar que assimilou a terapêutica penal.

Portanto, como exigido em lei, é necessário o cumprimento dos requisitos objetivo e subjetivo para obter a progressão de regime, não sendo independentes, de maneira que a pena poderá ser descontada por maior tempo em cada regime, a depender da comprovação do comportamento carcerário do sentenciado.

Não se desconhece o precedente do Habeas Corpus nº 115.254/SP, julgado pela 2ª Turma do C. Supremo Tribunal Federal, contudo este não possui efeito vinculante, bem como tal argumentação, por si só, não é suficiente para a pretensão deduzida no presente recurso.

[...]

**O agravante deverá aguardar o preenchimento do novo lapso temporal a partir da data em que foi concedida sua progressão ao regime intermediário, sendo que em momento futuro será novamente apreciado quanto ao cumprimento do requisito subjetivo.**

Isso posto, nega-se provimento ao agravo.

Percebe-se, em suma, que a Corte *a quo* negou provimento ao agravo em execução da defesa, por entender que o lapso temporal para a nova progressão deve ser contado a partir da data em que o reeducando inicia o cumprimento da pena no regime intermediário.

Quanto ao tema, o entendimento da Sexta Turma desta Corte é no sentido de que deve ser considerada *como data-base para subsequente progressão de regime, aquela em que o reeducando preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal e não aquela em que o Juízo das Execuções deferiu o benefício* (HC 369.774/RS, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 22/11/2016, DJe 07/12/2016).

Nesse sentido decidiu o Excelso Supremo Tribunal Federal:

Habeas Corpus. 2. Execução Penal. Progressão de regime. Data-base. 3. Nos termos da jurisprudência do STF, obsta o conhecimento do habeas corpus a falta de exaurimento da jurisdição decorrente de ato coator consubstanciado em decisão monocrática proferida pelo relator e não desafiada por agravo regimental. Todavia, em casos de manifesto constrangimento ilegal, tal óbice deve ser superado. 4. Na execução da pena, o marco para a progressão de regime será a data em que o apenado preencher os requisitos legais (art. 112, LEP), e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior. 5. A decisão que defere a progressão de regime tem natureza declaratória, e não constitutiva. 6. Deve ser aplicada a mesma lógica utilizada para a regressão de regime em faltas graves (art. 118, LEP), em que a data-base é a da prática do fato, e não da decisão posterior que reconhece a falta. 7. Constrangimento ilegal reconhecido, ordem concedida. (HC 115254, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 15/12/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-036 DIVULG 25-02-2016 PUBLIC 26-02-2016).

Colhe-se do julgado que a natureza da decisão concessiva da progressão de regime é declaratória, e não constitutiva, razão pela qual o tempo em que o apenado fica no aguardo da análise do pedido será computado para fins de contagem do requisito objetivo temporal, sendo, pois, considerada,

como termo *a quo*, a data em que o apenado teria direito, e não a data do efetivo ingresso no regime anterior.

De fato, a nova concepção promove tratamento mais justo e mais digno ao apenado, que não mais será punido com a mora e a ineficiência do Estado.

A propósito, também o seguinte precedente:

PENAL E PROCESSUAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO LAPSO TEMPORAL. DATA EM QUE O APENADO TERIA DIREITO AO BENEFÍCIO, CUMPRINDO OS REQUISITOS LEGAIS (ART. 118 DA LEP). DECISÃO CONCESSIVA DE NATUREZA DECLARATÓRIA. NOVO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

2. O Supremo Tribunal Federal, recentemente, passou a entender que o termo inicial de contagem do lapso temporal para a progressão de regime deve corresponder à data em que o apenado efetivamente preencheu os requisitos legais do art. 118 da LEP, ou seja, a data em que teria direito ao benefício, tendo em vista a natureza declaratória da decisão concessiva da progressão de regime, devendo, pois, ser computado o tempo em que o apenado ficou no aguardo da análise do pedido.

3. A nova orientação promove tratamento mais justo e mais digno ao apenado, que não mais será punido com a mora e a ineficiência do Estado, passando a ser adotada por ambas as Turmas Criminais deste STJ. Precedentes.

4. Habeas corpus não conhecido, mas concedida a ordem de ofício para fixar a data em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da LEP como termo inicial para a contagem do lapso temporal para fins de progressão de regime. (HC 309.087/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 09/02/2017).

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para determinar que o Juízo das Execuções Criminais estabeleça como data-base para futura progressão de regime o dia em que o paciente efetivamente preencheu os requisitos objetivo e subjetivo, e não o dia do início do cumprimento da pena no regime anterior.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

